



GABINETE DO VEREADOR  
DR. GILBER MERCÊS

**ANTEPROJETO DE LEI Nº 08/GAB DR. GILBER/2025.**

Dispõe sobre a **Criação de Auxílio Financeiro Para Situações de Emergência**, a ser destinado às famílias de baixa renda do município de Porto Velho que venham a ser atingidas por desastres advindos de circunstâncias climáticas anormais.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**, usando as atribuições que lhe confere o inciso IV, art. 87, da Lei Orgânica do Município de Porto Velho.

**FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO** aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

**Art. 1º** Fica criado o auxílio financeiro para situações de emergência, a ser destinado às famílias de baixa renda no âmbito do Município de Porto Velho, que venham a ser atingidas por desastres advindos de circunstâncias climáticas anormais.

**Art. 2º** São objetivos desta Lei:

**I** – reduzir os impactos de desastres advindos de circunstâncias climáticas anormais sobre a vida das pessoas efetiva e diretamente atingidas; e

**II** – contribuir para a mitigação de danos materiais e de prejuízos resultantes de desastres advindos de circunstâncias climáticas anormais.

**Art. 3º** O auxílio financeiro de que trata esta Lei será destinado à família que atenda, cumulativamente, aos seguintes critérios:

**I** – esteja inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico e com os dados atualizados, conforme as normas vigentes, regulamentadas por essa esfera federativa, nas condições, formas e prazos estabelecidos em decreto;

**II** – à época do desastre, apresentava renda familiar mensal inferior ou igual a três salários mínimos;

**III** – à época do desastre, residia em imóvel diretamente impactado cuja situação de periculosidade e vulnerabilidade esteja devidamente registrada em laudo técnico emitido pela Defesa Civil do Município de Porto Velho, o qual atestará, dentre outras circunstâncias, a ocorrência dos impactos e dos danos em sua moradia, como consequência direta do desastre;

**IV** – requeira o auxílio financeiro de que trata esta Lei junto à Secretaria Municipal de Assistência Social e da Família – SEMASF, do Município de Porto Velho, nas condições, formas e prazos estabelecidos em decreto; e

**V** – apresente, no momento de requerer o auxílio financeiro, o documento emitido pela Defesa Civil Municipal nas condições, formas e prazos estabelecidos em decreto, comprovando que seu imóvel de moradia à época do desastre foi diretamente atingido.



GABINETE DO VEREADOR  
DR. GILBER MERCÊS

**Parágrafo único.** As condições consideradas para o atendimento aos critérios deste auxílio serão regulamentadas em decreto.

**Art. 4º** O auxílio financeiro de que trata esta Lei será no valor fixo de **R\$ 1.000,00 (um mil reais)**, e será pago uma única vez à família beneficiária.

**Parágrafo único.** O pagamento do auxílio financeiro será realizado mediante transferência bancária, nos termos do decreto.

**Art. 5º** Para fins desta Lei, compreende-se:

I – família: o núcleo familiar composto por uma ou mais pessoas que formem um grupo doméstico, com residência no mesmo domicílio e que contribuam para o rendimento ou que dele dependam para o atendimento de suas necessidades;

II – rendimentos: a soma de todos os ganhos brutos auferidos por todos os membros da família, de trabalho formal ou informal, considerando pensões, aposentadorias e Benefício de Prestação Continuada – BPC, não sendo incluídos no cálculo aqueles provenientes de programas/projetos de transferência de renda, concedidos pelas esferas federal, estadual ou municipal;

III – desastre advindo de circunstâncias climáticas anormais: aquele que seja resultado de eventos naturais causados exclusivamente por chuvas intensas ou chuvas de longa duração, conforme tipificação definida pela Defesa Civil do Município de Porto Velho.

**Art. 6º** Cabe à Secretaria Municipal de Assistência Social e da Família – SEMASF a gestão e coordenação do pagamento do auxílio de que trata esta Lei.

**Art. 7º** O auxílio financeiro a que se refere o artigo 1º desta Lei deverá ser utilizado para o custeio das necessidades básicas dos membros da família, **bem como para reparos de bens móveis ou estruturais do imóvel prejudicado** em decorrência do desastre

**Parágrafo único.** É vedada a destinação do auxílio financeiro para aquisição de bebidas alcoólicas, produtos à base de tabaco e demais congêneres.

**Art. 8º** As despesas resultantes da execução desta Lei correrão por conta:

I – no ano de 2025, das dotações orçamentárias já constantes e especificadas na Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2025;

II – nos demais anos, de acordo com as dotações constantes nas respectivas propostas de leis orçamentárias.

**Art. 9º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Porto Velho, 08 de fevereiro de 2025.

**Dr. GILBER MERCÊS**  
Vereador – PL



GABINETE DO VEREADOR  
DR. GILBER MERCÊS

JUSTIFICATIVA

**Excelentíssimo Senhor Prefeito de Porto Velho;**  
**Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Porto Velho;**  
**Nobres Pares.**

A cidade de Porto Velho, especialmente no período chuvoso, tem enfrentado **recorrentes alagamentos e inundações**, gerando prejuízos significativos à população. Conforme relatos da Defesa Civil e diversas matérias jornalísticas, os moradores atingidos, pertencentes a famílias de baixa renda, sofrem com a destruição parcial ou total de seus pertences, como móveis e eletrodomésticos, além de verem suas casas invadidas por água e lama, resultando em danos muitas vezes irreparáveis.

**Reconhecemos e enaltecemos o trabalho** que vem sendo executado pela atual gestão municipal, por meio de ações de limpeza de bueiros, galerias e drenagens, inclusive com a operação “Cidade Limpa”, o que já tem reduzido pontos de alagamentos e facilitado o escoamento da água em diversas localidades. Todavia, é evidente que grandes obras estruturais de drenagem demandam **tempo** e recursos, de forma que, no curto prazo, **continuam ocorrendo situações de calamidade para muitas famílias**.

Nesse sentido, o presente Anteprojeto de Lei, ora indicado ao Poder Executivo Municipal, visa **criar um auxílio financeiro emergencial** a ser pago em parcela única às famílias de baixa renda que tiverem suas moradias impactadas por alagamentos ou outros desastres naturais decorrentes de eventos climáticos intensos. O objetivo é **oferecer uma resposta rápida** a essas pessoas, de modo que possam ao menos custear parcialmente a reposição de bens essenciais ou reparos imediatos no imóvel, minimizando as dificuldades enfrentadas após a tragédia.

Tal medida encontra amparo no **princípio da dignidade da pessoa humana**, bem como na **responsabilidade do Poder Público** de amparar os mais vulneráveis em situações de emergência. Esse auxílio, longe de ser uma solução definitiva, representa uma política de mitigação dos prejuízos imediatos sofridos, até que as intervenções urbanísticas e as grandes obras de drenagem, tão necessárias, possam ser concluídas.

Por fim, ressalta-se que o presente Anteprojeto de Lei prevê **critérios objetivos** para a concessão do auxílio, de forma a assegurar transparência, probidade administrativa e o **correto direcionamento** dos recursos apenas àquelas famílias que efetivamente foram atingidas e se enquadram nos requisitos de vulnerabilidade socioeconômica.

Diante da relevância social dessa medida, **solicita-se o pronto acolhimento** desta Indicação, visando proteger e assegurar melhores condições de recuperação às famílias atingidas, em favor de uma Porto Velho mais solidária e humana.



GABINETE DO VEREADOR  
**D R . G I L B E R M E R C Ê S**

---

Câmara Municipal de Porto Velho, 08 de fevereiro de 2025.

**Dr. GILBER MERCÊS**  
Vereador – PL



Assinado por **Gilber Rocha Mercês** - Vereador - Em: 11/02/2025, 14:26:37